

**ÁREA TEMÁTICA:** (marque uma das opções)

- COMUNICAÇÃO
- CULTURA
- DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
- EDUCAÇÃO
- MEIO AMBIENTE
- SAÚDE
- TRABALHO
- TECNOLOGIA

## **COMISSÃO UNIVERSIDADE PARA OS ÍNDIOS (CUIA / UEPG) 2002 - 2014: ESTUDOS EM EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA**

**Leticia Fraga (leticiafraga@gmail.com)**  
**Sergio Mateus Goitoto (kaingang222@gmail.com)**  
**Alex Miler Maciel (miler37@hotmail.com)**  
**Joel Anastácio (joel-anastacio@hotmail.com)**  
**Olavo Martins Ayres (olavoayres@hotmail.com)**

RESUMO – A presença de estudantes indígenas nas universidades públicas paranaenses merece estudos detalhados por ser recente, complexa e envolver desafios que ultrapassam os limites das IES. Atualmente, a Lei n. 14.995, de 9/01/2006 reserva 6 vagas para indígenas. A CUIA/SETI Paraná realiza os Vestibulares dos Povos Indígenas desde 2002, na itinerância e rotatividade das coordenações desse processo seletivo, assumindo as responsabilidades e exigências decorrentes dessa ação, focando, portanto, seus esforços nas estratégias de ingresso dos estudantes em detrimento da necessária análise aprofundada das estratégias de permanência e conclusão de curso desses sujeitos. Nesse sentido, este projeto visa levantar, sistematizar e analisar os dados relativos a essa experiência de ensino superior indígena na UEPG ao longo desses anos, juntamente com a participação dos estudantes indígenas, o que é fundamental para uma melhor compreensão dos significados e das dinâmicas dessa presença, tanto para os próprios estudantes e suas comunidades quanto para a universidade. Tal trabalho também subsidiará ações práticas a serem realizadas a partir de demandas de terras indígenas paranaenses, relativas à área de atuação dos acadêmicos participantes do projeto. Até o momento, realizamos a análise da política interna da UEPG e iniciamos a elaboração das propostas de intervenção pelos alunos nesses contextos.

**PALAVRAS-CHAVE** – Povos indígenas. Políticas afirmativas. Ensino Superior.

### **Introdução**

A política do Governo do Estado em relação ao ensino superior é considerada pelas comunidades indígenas como uma conquista e fruto de suas reivindicações de acesso aos mais elevados níveis de escolarização. Por outro lado, ela foi imposta e não contou com a discussão dessas comunidades. No trabalho cotidiano dos professores membros da Comissão Universidade para os Índios (CUIA), da UEPG, proponentes do presente projeto, com os estudantes indígenas da instituição, assim como de membros das CUIAs das outras IES paranaenses, evidencia-se que, juntamente com a lei, não foram pensadas ou propostas

políticas de acompanhamento ou permanência. Os programas e discussões vêm ocorrendo conforme as demandas vão surgindo (NOVAK; ARAÚJO, 2010), e diante da realidade de cada IES. Nesse sentido, o projeto COMISSÃO UNIVERSIDADE PARA OS ÍNDIOS (CUIA / UEPG) 2002 - 2014: ESTUDOS EM EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA visa constituir um fórum para uma análise mais aprofundada sobre a experiência de ensino superior desenvolvida na UEPG e na relação com outras IES paranaenses e nacionais, juntamente com a participação dos estudantes indígenas, o que é fundamental para uma melhor compreensão dos significados e das dinâmicas dessa presença, tanto para os próprios estudantes e suas comunidades quanto para a universidade. Tal trabalho também subsidiará ações práticas a serem realizadas a partir de demandas de terras indígenas paranaenses, relativas às área de atuação dos acadêmicos participantes do projeto.

### **Objetivos**

O objetivo geral deste trabalho é, de um lado, investigar, organizar e analisar os dados sobre a implantação das políticas públicas do Estado do Paraná do acesso e permanência de estudantes indígenas no ensino superior na UEPG, e na relação com as outras IES no Estado do Paraná e, de outro, subsidiar ações práticas a serem realizadas a partir de demandas de terras indígenas paranaenses, relativas às área de atuação dos acadêmicos participantes do projeto.

De forma mais específica, pretendemos:

- Estudar as bases bibliográficas sobre educação superior indígena e temas afins no Estado do Paraná e no Brasil;
- Sistematizar e analisar os dados de ingresso e permanência dos estudantes indígenas na UEPG no período 2002-2014, e na relação com as outras IES do Estado do Paraná;
- Sistematizar e analisar a base legal normativa das políticas públicas para educação superior indígena, e da CUIA na UEPG no período 2002-2014, e nas IES do Estado do Paraná;
- Sistematizar e analisar as ações de ensino, pesquisa e extensão em educação superior indígena na UEPG no período 2002-2014, e nas IES do Estado do Paraná;
- Sistematizar e analisar as políticas de assistência aos estudantes indígenas na UEPG no período 2002-2014, e nas IES do Estado do Paraná;
- Sistematizar e analisar a trajetória de profissionais indígenas egressos das IES do Estado do Paraná;

- Sistematizar e analisar os impactos da presença indígena e dos conhecimentos tradicionais nos cursos e nas IES do Paraná;
- Discutir e investigar a relação entre ensino superior e educação escolar indígena;
- Orientar a elaboração e aplicação de ações interventivas a serem realizadas a partir de demandas de terras indígenas paranaenses, relativas às área de atuação dos acadêmicos participantes do projeto.

### **Referencial teórico-metodológico**

Do ponto de vista teórico, o trabalho se baseia nos estudos sobre Educação Superior Indígena, de cunho antropológico (SOUZA LIMA, 2008; 2012a; 2012b; 2013) e socio-educacional (AMARAL, 2004; 2012a; 2012b; LUCIANO, 2009a; 2009b).

Por outro lado, o projeto reuniu diversas metodologias e instrumentos metodológicos. Dentre as atividades realizadas, citamos o levantamento de 1) Dados de ingresso e permanência dos estudantes indígenas; 2) Base legal normativa das CUIAs nas IES; 3) Ações de ensino, pesquisa e extensão realizadas nas IES; 4) Políticas de Assistência Estudantil nas IES; 5) Trajetória de profissionais indígenas egressos das IES; e 6) Dimensão curricular dos cursos acadêmicos.

Para realizar esse levantamento e posterior análise, utilizamos a metodologia qualitativa, já que:

[...] Ao contrário dos métodos quantitativos, os investigadores trabalham através destes métodos, com a subjetividade, com as possibilidades quase infinitas de exploração que a riqueza dos detalhes pode proporcionar. Este tipo de investigação contempla uma visão holística, na medida em que as situações e os indivíduos são vistos como um todo e estudados numa base histórica. Os métodos qualitativos empregam, na sua generalidade, procedimentos interpretativos, não experimentais, com valorização dos pressupostos relativistas e a representação verbal dos dados (privilegia a análise de caso ou conteúdo), por contraposição à representação numérica, à análise estatística, à abordagem positivista, confirmatória e experimental proporcionada pelos métodos quantitativos (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 7).

As reuniões de trabalho do Coordenador e do Supervisor do Projeto aconteceram semanalmente. A metodologia também previu uma série de encontros organizados a partir de diferentes temáticas, que envolviam a questão dos estudos sobre educação superior indígena. Desses encontros participaram oito (8) acadêmicos atualmente em formação na UEPG, além de uma estudante recém-formada, cursando especialização. Os encontros eram mensais, nos quais se pôde fazer essa ponte entre os estudos teóricos sobre educação superior indígena e a

tentativa de repensar desde as práticas de ingresso, (não) permanência, e até a (não) conclusão dos diferentes cursos dos quais esses acadêmicos fazem/fizeram parte.

Enfim, a proposta buscou um verdadeiro diálogo entre o que se faz e se discute teoricamente na academia e a realidade dos acadêmicos indígenas na universidade.

Ao final dos encontros, foi possível sistematizar as considerações levantadas de diferentes formas, como, por meio da realização de trabalhos de Iniciação Científica, e da organização de publicações sobre o tema.

## **Resultados**

A análise sobre tais normativas foi realizada em conjunto com os alunos participantes do projeto, no sentido de se observar a necessidade de proporem encaminhamentos complementares (como o de elaborar normativas que subsidiem não apenas a entrada do estudante indígena, como também sua permanência e conclusão de curso). Nesse sentido, o grupo concluiu que esta é uma questão urgente, que será tratada (elaborada e posta em prática) na reedição deste projeto

Por outro lado, tal trabalho também subsidiou o planejamento de outras ações práticas a serem realizadas a partir de demandas de terras indígenas paranaenses (para além das demandas educacionais), relativas a outras áreas de atuação dos acadêmicos participantes do projeto (medicina, agronomia, odontologia, serviço social, direito, geografia, história).

No que diz respeito ao trabalho realizado na escola Estadual Kokoj Ty Han, de Mangueirinha, realizamos encontros no local para discussão sobre as demandas específicas tanto em temas de formação docente, quanto de elaboração de material e didático em sentido amplo, e, nesses encontros, discutimos diversas propostas. Estas foram discutidas e sistematizadas, de modo que delas se pudessem extrair propostas de ações específicas que atendessem as necessidades e desejos da comunidade escolar (foi realizado um encontro de formação docente e finalizada a produção de um livro didático de língua Kaingang, que será publicado). Finalmente, fizemos a avaliação final do projeto com o grupo participante e redigimos o relatório final do projeto.

## **Considerações Finais**

De forma geral, os resultados alcançados foram os seguintes:

- Recrutamos alunos indígenas de graduação, que se envolveram com a realização das atividades previstas no projeto, de modo que estamos conseguindo atingir o quesito de “contribuição para a formação de discentes” exigido nas atividades de extensão;
- Envolvermos professores e demais profissionais das escolas participantes do projeto nas atividades deste, atingindo o quesito “contribuição para a comunidade”;
- Realizamos encontros de discussão em que pudemos trocar as experiências vivenciadas e aprender uns com os outros;
- Iniciamos e concluímos alguns trabalhos em que sistematizamos as considerações levantadas, como orientações de Iniciação Científica que abordam a temática geral e publicações sobre o tema.

**APOIO:** Agradecemos o apoio da Fundação Araucária e da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) do estado do Paraná que financiam as bolsas dos alunos indígenas e não indígenas que participam do projeto.

## Referências

AMARAL, W. R.; BAIBICH, T. M. A política pública de ensino superior para povos indígenas no Paraná: trajetórias, desafios e perspectivas. In: *Práxis Educativa* vol. 7 Número Especial - Dossiê: Educação escolar indígena. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2012a, p. 197-220.

AMARAL, Wagner Roberto Do; BAIBICH-FARIA, Tânia M. A presença dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: trajetórias e pertencimentos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (Impresso)*, v. 93, p. 818-835, 2012b.

AMARAL, Wagner Roberto Do; CAPELO, Maria Regina Clivati. Quando a diferença faz a diferença: a presença de índios na Universidade Estadual de Londrina. *Educação & Linguagem*, São Bernardo do Campo/SP, v. 10, p. 168-190, 2004.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora, 1994.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. Indígenas no Ensino Superior: Novo Desafio para as Organizações Indígenas e Indigenistas no Brasil. In: Maria Inês Smiljanic; José Pimenta; Stephen Grant Baines. (Org.). *Faces da Indianidade*. 1ed. Curitiba: Nexo Design, 2009a, v. 1, p. 187-202.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. O papel da universidade sob a ótica dos povos e acadêmicos indígenas. In: Adir Casaro Nascimento; Eva Maria Luiz Ferreira; Rosa Sebastiana Colman; Suzi Maggi Kras. (Org.). *Povos Indígenas e Sustentabilidade – saberes e práticas interculturais na universidade*. Campo Grande - MS: Editora UCDB, 2009b, v. 1, p. 32-39.

NOVAK, M. S. J. et al. (Org.). Educação Superior Indígena no Paraná. Maringá: Eduem, 2010. 180 p.

PARANÁ. Lei n. 14.995, de 9 de janeiro de 2006. Dá nova redação ao art. 1º da Lei n. 13.134/ 2001 (reserva de vagas para indígenas nas Universidades Estaduais. Diário Oficial, Curitiba, 9 de jan. 2006, n. 7140.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (Org.); Barroso, M. M. (Org.). Povos Indígenas e Universidade no Brasil: Contextos e perspectivas, 2004-2008. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora E-papers/LACED-Trilhas de Conhecimentos, 2013. 346p.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (Org.); PALADINO, M. (Org.). Caminos hacia la educación superior. In: Los Programas Pathways de la Fundación Ford para Pueblos indígenas em México, Peru Brasil e Chile. 1. ed. Rio de Janeiro: LACED/MN; E-papers, 2012a. 260p.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Educación superior para indígenas en el Brasil: más allá del sistema de cupos. Vibrant (Florianópolis), v. 1, p. 83-110, 2008.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. A Educação Superior de Indígenas no Brasil contemporâneo: reflexões sobre as ações do Projeto Trilhas de Conhecimentos. Revista História Hoje, v. 1, p. 169-193, 2012b.